

O PIBID NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Jéssica Nayara Silva Leite Tavares¹

RESUMO: Este artigo discute sobre as políticas de formação inicial de professores para a educação básica com foco central no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem como intuito qualificar e valorizar a formação de professores para a educação básica. Nesta perspectiva, o principal objetivo deste é buscar a compreensão dos aspectos epistemológicos do Pibid e sua relação com as políticas de formação de professores. Nesse sentido, a partir da leitura atenta dos documentos concernentes a formação de professores em geral e do Programa Pibid em particular, buscamos apreender o objeto em sua complexidade, mas não com a pretensão de esgotarmos o debate sobre o mesmo, pois reconhecemos que toda reflexão, por mais rigorosa que seja, guarda em si, possibilidades e limites. A metodologia utilizada nessa pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. Entre os referenciais teóricos utilizados destacam-se: Brzezinski (1995; 2000; 2008), Freitas (2007), Nóvoa (2009), Tardif (2000), Torres (1998) e alguns documentos que tratam sobre formação de professores para a educação básica. Acrescenta-se ainda que as análises levaram em consideração aspectos históricos das políticas de formação de professores adotadas pelo Ministério da Educação e posteriormente incorporadas pela CAPES. Portanto, a partir do estudo realizado, pode-se inferir que, o Pibid tem promovido ações relevantes para a formação inicial de professores para a educação básica, pois proporciona aos educandos de licenciatura reflexões acerca de sua futura profissão, através dos momentos vivenciados no ambiente escolar no desenvolver das atividades realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial de Professores; Pibid; Currículo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende descobrir a relação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) com as políticas de formação inicial de professores. O interesse por esse objeto de estudo surgiu da busca pela compreensão da abrangência que o Pibid tem alcançado nos últimos anos, tornando-se um dos principais programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Alia-se a isso, o fato de terem sido publicadas diversas experiências de execução dos projetos institucionais do Pibid.

Assim, os objetivos que se pretende alcançar com esta investigação são de identificar as finalidades e objetivos do Pibid enquanto política pública de formação de professores e estudar as contribuições do Pibid na formação inicial de professores para a Educação Básica.

A pesquisa será desenvolvida na modalidade bibliográfica, de caráter exploratório, buscando estudar e analisar principalmente as diretrizes e princípios que estão sendo adotados

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) de São Luís de Montes Belos-Go. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) de Campo Grande- MS. Aluna extraordinária do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: jessicanayatavares@gmail.com

pela CAPES na condução do Pibid desde sua criação em 2007. Para o estudo desta temática propor-se-á o desenvolvimento de análises qualitativas. Acrescenta-se ainda que as análises levarão em consideração aspectos históricos das políticas de formação de professores adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) e posteriormente incorporadas pela CAPES. Neste sentido, o método que mais se adequa a esta proposta de estudo é o método dialético. Para sustentar este estudo, temos como base teórica autores como: Brzezinski (1995; 2000; 2008), Freitas (2007) Nóvoa (2009), Tardif (2000), Torres (1998) e alguns documentos que tratam sobre formação de professores para a educação básica.

1 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com dados do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2012, apenas 32,8% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental e 48,3% dos professores do Ensino Médio possuíam licenciatura na área em que atuavam (INEP, 2013). Isso significa que há um déficit expressivo de professores com formação adequada para atuar na educação básica e demonstra que as políticas adotadas pelo Governo Federal não tem sido suficientes para atender sequer as demandas “quantitativas” de formação ou a profissão docente não tem sido atrativa para os egressos dos cursos de licenciatura.

Acerca das políticas de formação de professores, reconhece-se que tem havido esforços do governo em ampliar a oferta, mas há alguns pontos negativos nas propostas de expansão, como os apontados por Freitas (2007). De acordo com essa autora o governo tem assumido uma política neoliberal, expandindo a oferta de cursos via iniciativa privada, com oferta de bolsas Prouni e oferta de cursos de licenciatura à distância por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além disso, essas políticas tem promovido a oferta de cursos em instituições não universitárias, uma vez que a maioria dos cursos de licenciatura oferecidos são em faculdades particulares e os cursos da UAB são realizados em polos de Educação a Distância (EaD) oferecidos pela própria rede municipal de ensino, possivelmente com piores condições que as oferecidas nos cursos presenciais nas universidades.

Essas iniciativas parecem ter relação com as orientações do Banco Mundial, ainda na década de 1990, sobre o modelo de formação de professores que cada país em desenvolvimento deveria adotar. As análises de Torres (1998) sobre os documentos do Banco Mundial apontam uma proposta de investimentos em oferta de cursos de licenciatura com curta duração e capacitação em serviço e oferta de cursos à distância. As iniciativas do MEC em ampliar a oferta das licenciaturas por meio da UAB e de incentivar a formação docente

por meio de formação pedagógica em cursos de 540 horas, parecem caminhar na direção das políticas neoliberais do Banco Mundial.

Embora tenha-se promovido políticas de valorização docente, como a aprovação do Piso Salarial Nacional do Professor e a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com definição de 60% dos seus recursos para salário dos professores, as políticas tem sido insuficientes para promover uma melhoria significativa a ponto de atrair maior número de jovens que ingressem nos cursos de licenciatura e assumam a docência com profissão.

Neste contexto o Pibid parece ser uma proposta inovadora no sentido de promover uma ampliação na formação inicial, especialmente nos aspectos da formação prática, desde o início do curso. O contato dos licenciandos com o ambiente de sala de aula da educação básica pode promover o conhecimento desta realidade (GATI; ANDRÉ apud CAPES, 2013).

Assim, investigar os documentos e a legislação que envolve as políticas de formação de professores em geral, e o Pibid em particular, contribuirão para a compreensão da natureza deste Programa, bem como das contradições que abarca.

A formação de professores, no Brasil, tem sido fator de várias discussões e pesquisas, pois em pleno século XXI a questão da formação ainda constitui-se um enorme desafio em nossa realidade. Nóvoa (2009, p. 27, grifo do autor) afirma em seus escritos que: “A educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um *excesso de discursos*, redundantes e repetitivos, que se traduz numa *pobreza de práticas*.”

Após a aprovação da Lei nº 9.394/96 (LDB) e, mais especificamente após aprovação das diretrizes gerais para os cursos de licenciatura, por meio das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e 02/2002, e das diretrizes curriculares específicas para cada curso de licenciatura, tem havido reformulações nos cursos de licenciatura nas instituições formadoras na tentativa de adequar-se às novas exigências legais e às demandas da profissão apresentadas pela nova realidade das escolas de educação básica.

No entanto, embora tenha havido mudanças nos cursos de licenciatura, salvo algumas exceções, a formação continua com a mesma característica. Primeiro se promove uma formação teórica, na primeira metade do curso, para a partir da segunda metade colocar os alunos em contato direto com o cotidiano escolar, com a realização das atividades de estágio supervisionado. Esse tipo de formação deixa implícita a ideia de que o estágio é o momento para colocar em prática os conhecimentos adquiridos no início do curso. Outro viés negativo

desse tipo de formação é o fato de haver um distanciamento entre as instituições formadoras e as escolas de educação básica, campo de trabalho dos futuros licenciados.

Na contramão desse tipo de formação estão estudos que demonstram que a formação de professores deve ter uma maior interação das instituições formadoras com as escolas de educação básica; uma formação que tenha maior participação dos professores das escolas como coformadores, e que os licenciandos entre em contato com o cotidiano escolar desde o início do curso. Neste sentido, Nóvoa (2009, p. 44-45) defende “[...] uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos”. Ao falar da pesquisa sobre formação de professores Tardif (2000) tem posicionamento semelhante ao defender que os estudos que envolvem saberes profissionais docentes devem considerar as situações práticas de ensino e os professores nelas envolvidas.

Alguns resultados publicados sobre o Pibid, como os de Costa et al (2014) e Oliveira (2014) tem demonstrado que, em boa parte, tem contribuído para a construção de saberes sobre a prática docente, além de promover uma maior aproximação dos licenciandos com o cotidiano das escolas de educação básica.

Destaca-se que além destes estudos apontados acima, há inúmeros outros sobre a formação docente e os resultados sobre o desenvolvimento do Pibid que contribuirão com as análises dos resultados desta pesquisa que por ora está sendo realizada. Diante do exposto, a seguir abordaremos o Pibid como política de formação de professores para a educação básica.

2 O PIBID COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Desde início da década de 1990, mais especificamente após aprovação da Lei nº 9.394/96 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*), a temática formação de professores tem sido pauta das principais discussões que envolvem as políticas educacionais, tanto nas agendas nacionais, quanto internacionais. Após a aprovação da LDB seguiu-se uma série de regulamentações, expressas em diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Sem entrar no mérito das críticas em relação aos retrocessos e limitações que esta legislação promoveu/promove, destaca-se que o governo Lula implementou ações no sentido de buscar atender as demandas de formação inicial de professores. Entre essas ações

destacam-se a publicação do Decreto nº 5.800/2006, que dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil – UAB, que tem como objetivo prioritário oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Esperava-se que com a UAB fosse aumentar significativamente a oferta de vagas em cursos superiores, contribuindo para alcançar a meta do PNE/2001 de matricular no mínimo 30% dos jovens de 18 a 24 anos, até o ano de 2011. Porém, embora a UAB tenha ofertado diversos cursos, ampliando a oferta de vagas na educação superior, o impacto não alcançou as expectativas do MEC. Além disso, sobre a UAB, algumas questões têm sido colocadas: Em que condições os cursos tem sido oferecidos? Com que qualidade estão sendo formados os professores de educação básica? Não havia alternativa melhor para investimento na formação dos professores de educação básica?

No ano seguinte outra ação importante do Governo Federal foi a aprovação da Lei nº 11.502/2007, que designa a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES como o órgão responsável por promover e executar as políticas de formação inicial de professores. A partir de então este órgão, torna-se responsável por subsidiar o Ministério da Educação - MEC “[...] na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País”. (BRASIL, 2007).

Entre as ações desenvolvidas pela CAPES, denominadas de “programas”, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, criado por meio da Portaria Normativa nº 38/2007. Desde então já foram lançados oito editais, iniciando as primeiras ações no início de 2009. No final do ano de lançamento do Programa haviam 3.088 bolsistas. O Programa vem sendo ampliado, e para o ano de 2014 conta com 90.254 bolsas, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi. (CAPES, 2013) Estes são os números do último edital, publicado no segundo semestre de 2014.

Depois disso ainda não foram publicados novos editais, mas já há indicação que no segundo semestre de 2015 será publicado novo edital. Tudo indica que a CAPES vai ampliar a oferta de bolsas nos próximos anos para atender a meta de formação de professores para educação básica, prevista no Plano Nacional de Educação - 2014-2024, que prevê em uma de suas estratégias “[...] ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.” (BRASIL, 2014)

Ressalta-se que a partir de 2010, por meio da aprovação do Decreto nº 7.219/2010, o Pibid ganhou o status de uma política contínua, uma vez que estabelece algumas regras para

abertura de novos editais e apresenta alguns critérios para a concessão de bolsas e repasse de recursos para a execução do Programa.

2.1. O PIBID: OBJETIVOS E DESTINAÇÃO DAS BOLSAS

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (Pibid) é um programa criado por meio da Portaria Normativa nº 38/2007, que tem como iniciativa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. De acordo com o art. 3º do Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, os objetivos do Programa são:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva, cabe salientar que o Programa oferece bolsas de incentivo à iniciação à docência e recursos financeiros para o desenvolvimento do mesmo. De acordo com o MEC:

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica: ciência e matemática de quinta a oitava séries do ensino fundamental e física, química, biologia e matemática para o ensino médio.²

² O texto se encontra no endereço eletrônico do Ministério da Educação – MEC:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233:pibid-apresentacao&catid=155:pibid&Itemid=467>

Entretanto, as bolsas são distribuídas para todos os participantes do projeto: estudantes das licenciaturas, professores supervisores, coordenação de área, coordenação de área de gestão de projetos educacionais, coordenação institucional. Assim, foram oferecidas cinco modalidades de bolsa, destacando que os valores das bolsas são diferenciados para cada modalidade³.

Ainda de acordo com o MEC:

Podem apresentar propostas de projetos de iniciação à docência instituições federais e estaduais de ensino superior, além de institutos federais de educação, ciência e tecnologia com cursos de licenciatura que apresentem avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os estabelecimentos devem ter firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos municípios e dos estados, prevendo a participação dos bolsistas do Pibid em atividades nas escolas públicas.⁴

É importante ressaltar ainda, que com base nos documentos e legislações o presente programa tem apresentado propostas significativas no sentido de instigar tanto os alunos das licenciaturas, quanto os professores que estão exercendo sua função a pensarem/repensarem sobre a prática. Pois de acordo com Freire (1996) ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. O autor afirma ainda que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE, 1996, p. 39)

Assim, através da interação entre alunos das licenciaturas e os professores das escolas públicas de educação básica, ambos trocam experiências de modo que possam refletir sobre a prática atual, melhorando a qualidade do ensino-aprendizagem.

Neste sentido, é possível afirmar ainda que o Pibid contribui com a melhoria do currículo de formação de professores, uma vez que a partir do momento que o aprendente

³ **Iniciação à docência** – para estudantes de licenciatura das áreas abrangidas pelo subprojeto. Valor: R\$400,00 (quatrocentos reais).

Supervisão – para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura. Valor: R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais).

Coordenação de área – para professores da licenciatura que coordenam subprojetos. Valor: R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Coordenação de área de gestão de processos educacionais – para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES. Valor: R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Coordenação institucional – para o professor da licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES. Permitida a concessão de uma bolsa por projeto institucional. Valor: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (CAPES, 2008)

⁴ O texto se encontra no endereço eletrônico do Ministério da Educação – MEC:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233:pibid-apresentacao&catid=155:pibid&Itemid=467>

entra em convívio com ambiente escolar, onde futuramente exercerá sua função, ele estará construindo saberes articuladores sobre como é o ser professor. Neste contexto, pode-se indagar que o currículo formará o professor com identidade própria. (BRZEZINSKI, 1995). Nesta perspectiva Silva (1999) afirma que o currículo além de ser uma questão de conhecimento, também é uma questão de identidade.

E o Pibid como programa de formação inicial de professores oportuniza aos aprendentes de licenciaturas entrarem em contato com a prática nas escolas, proporcionando experiências ao trabalho docente e instigando os mesmos a criarem sua própria identidade docente.

2.2. O PIBID E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sobre o Pibid e sua relação com as políticas de formação inicial de professores para a Educação Básica, acredita-se que antes é crucial destacar algumas das políticas de formação de professores. Partindo deste pressuposto, temos como ponto de partida a LDB/1996 que estabelece quem são os profissionais da educação escolar básica (Art. 61); qual o nível de formação exigido para atuar na educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental (Art. 62); onde serão formados dos profissionais da educação (Art. 62 e Art. 63); as condições e trabalho e valorização da carreira dos profissionais da educação (Art. 67).

A Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE – 2001-2010) e estabeleceu diretrizes, objetivos e metas para a formação inicial dos profissionais da educação básica. No entanto, o PNE não recebeu a atenção merecida e se estabeleceu como uma política de ampliação da formação inicial de professores.

Inserida, de forma transversal, nas demais políticas de reformulação dos cursos de licenciatura a partir da aprovação da LDB, pode ser mencionada a reforma curricular que tem sido proposta, desde início dos anos 2000, por meio da Resolução CNE/CP nº 01/2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2002. A partir dessas diretrizes cada área de licenciatura aprovou suas diretrizes curriculares.

Como relatamos no início da discussão, temos também o programa Universidade Aberta Do Brasil (UAB), que é oferecido pela modalidade à distância (EaD). De acordo com o Decreto nº 5.800/2006, sua finalidade é de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. E tem como objetivos:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com Mota (2008, apud, PACHECO, 2010, p. 75) “o projeto faz parte do atual conjunto de políticas públicas para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de inclusão social.”

Nesta mesma perspectiva, Pacheco (2010, p. 77) salienta que, “[...] a UAB tem como compromisso expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, notadamente nas regiões desprovidas dessa possibilidade.” A respeito destas afirmações, percebe-se que houve preocupação das políticas de formação de professores em relação à inclusão social de sujeitos com difícil acesso a universidades. O grande problema, entre outros apontados pela crítica à formação inicial de professores à distância, parece ser o alcance do programa no sentido de ampliar a oferta de cursos de licenciatura, especialmente nas regiões mais carentes de cursos presenciais. Embora a UAB tenha contribuído significativamente com a formação de inicial de professores, nas regiões mais periféricas do país ainda apresenta os maiores déficits de professores formados.

É importante salientar ainda, que a CAPES que antes era apenas para coordenar cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) passou também a coordenar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica por meio da Lei nº 11.502 sancionada em julho de 2007, que até então era de responsabilidade do MEC.

Nesta perspectiva, em 2009 foi aprovado um Decreto no qual institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências (Decreto nº 6.755/2009). Em seu Art. 1º institui que:

Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e

continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. (BRASIL, 2009)

Mas adiante no Art. 3º é relatado os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que são os seguintes:

- I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
- II - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;
- III - promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;
- IV - identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;
- V - promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
- VI - ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;
- VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;
- VIII - promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;
- IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e
- X - promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais. (BRASIL, 2009)

Nesta perspectiva, a CAPES tem criado alguns programas relevantes destinados para a formação inicial de professores para a educação básica, tais como: Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas, Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, Life - Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores e o Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. A seguir abordaremos sucintamente alguns dos objetivos dos programas expostos.

- Prodocência: visa realizar projetos contribuindo para a inovação e a elevação da qualidade dos cursos de licenciatura, na perspectiva de valorizar a carreira docente. De acordo com o MEC, o programa tem como objetivos:

[...] contribuir para a elevação da qualidade da educação superior, formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino no país, dinamizar os cursos de licenciatura das instituições federais de educação superior, propiciar

formação acadêmica, científica e técnica dos docentes e apoiar a implementação das novas diretrizes curriculares da formação de professores da educação básica.⁵

- Parfor: oferece cursos superiores públicos destinados a professores da rede de educação pública básica que estão pelo menos há três anos em exercício e que não possuem formação adequada como estabelecido na LDB ou que estejam atuando fora da área de formação inicial. Os cursos são oferecidos na modalidade presencial, promovendo turmas especiais nos seguintes cursos:

I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;

II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica. (CAPES⁶)

Os professores que desejarem participar do Parfor devem realizar as inscrições na Plataforma Paulo Freire criado pelo MEC, e estarem cadastrados no Educacenso na função Docente ou Tradutor Intérprete de Libras na rede pública de educação básica e terem sua pré-inscrição validada pela Secretaria de educação ou órgão equivalente a que estiverem vinculados. (CAPES)

- Life: visa selecionar propostas que tenham por objetivo a criação de laboratórios interdisciplinares de formação de educadores. Os laboratórios constituem espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), destinados a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para: Inovação das práticas pedagógicas; Formação de caráter interdisciplinar a estudantes de licenciatura; Elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; Uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC); Articulação entre os programas da Capes relacionados à educação básica. (CAPES⁷)

⁵ O texto se encontra no endereço eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/prodocencia>>

⁶ O texto se encontra no endereço eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>

⁷ O texto se encontra no endereço eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/life>>

- Pibid: visa o incentivo para a valorização e aperfeiçoamento para formação de professores para a educação básica. Um dos objetivos é inserir os licenciandos no ambiente escolar da rede pública de educação, proporcionando integração entre educação superior e educação básica.

A partir da retomada dessas políticas, deduz-se que, os programas criados pela CAPES destinados para a formação inicial de professores para a educação básica, em especial o Pibid, tem fortalecido a formação destes profissionais. Pois sabe-se que, “[...] a formação do professor é uma prática pedagógica, na qual se articulam teoria e prática e, por isso, é práxis.”(BRZEZINSKI, 2008, p. 1141).

Assim, é possível asseverar que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), tem uma grande relação com as políticas de formação inicial de professores para a educação básica. De acordo com Dalla Corte (2013 apud MARTELET, 2015, p. 77),

a qualificação da formação inicial [...] de professores tem sido prioridade nas políticas da educação brasileira. A qualidade da formação de professores se traduz em estratégias de apropriação teórico-práticas, e o PIBID está cada vez mais redimensionando o contexto dos cursos de licenciatura e contribuindo para a melhoria da ação docente nas escolas, assim como tem se constituído como sinônimo de conhecimento compartilhado, justamente pelo potencial de agregar e [re]construir saberes e fazeres no exercício da docência.

Nesse viés, o Pibid é um programa rico no que se refere às políticas de formação e valorização de professores para a educação básica, que vem proporcionando incentivos de grande relevância aos discentes das licenciaturas, futuros docentes, visando à melhoria de sua formação inicial e contribuindo para a melhoria da educação básica pública, pois como afirma Brzezinski (2008), a formação inicial de professores interferem na qualidade da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir as políticas de formação inicial de professores para a educação básica com foco central no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) no contexto atual da educação, buscando compreender o Pibid e sua relação com as políticas de formação de professores. Nesse sentido, é possível perceber que o Pibid tem demonstrado resultados satisfatórios, proporcionando aos acadêmicos das licenciaturas incentivo à docência, dando oportunidade de conviver com a prática pedagógica ainda em momento de formação inicial. Nesta perspectiva, o programa tem objetivos ricos no processo

de ensino aprendizagem oportunizando a vivência no espaço da escola no sentido de problematizar, dialogar e refletir a formação inicial junto à realidade tão diversas de nossas escolas.

Nesta perspectiva é relevante salientar ainda que,

[...] é a formação inicial que vai habilitar o ingresso na profissão e deverá garantir um preparo específico, com um corpo de conhecimentos que permita ao profissional a condução do trabalho pedagógico e que, portanto, este profissional seja preparado para o domínio desse trabalho e para estabelecer relações que satisfaçam as necessidades para as quais ele foi formado. (ANFOPE, 1996 apud BRZEZINSKI, 2008, p. 1145-1146)

A respeito da formação inicial de professores para a educação básica, embora existam alguns programas destinados para a formação inicial de professores para a educação básica, como os explicitados no decorrer do texto, temos ainda muitos desafios a serem enfrentados/percorridos. Pois sabe-se que, as propostas destinadas para estes profissionais não são suficientes para suprir as necessidades para melhorar sua formação. Como se vê, embora houve alguns avanços, acredita-se que as políticas educacionais têm muito a fazer para incentivar e valorizar esses profissionais que tanto almejam em serem valorizados. De acordo com Brzezinski (2000, p.189),

[...] para fugir da pouca qualificação dos professores e da quase inexistente valorização da profissão docente, instalada pelas políticas educacionais das últimas décadas, em primeiro lugar, deve-se lutar, como fazem as associações ligadas à educação, para que se adote, em nosso país, uma política que tenha por pressuposto a articulação entre a qualidade do preparo do professor e a dignidade da categoria.

Nesse mesmo contexto, a autora esclarece ainda que,

[...] é preciso defender o que historicamente a ANFOPE propõe: a adoção de uma política nacional global de formação e profissionalização do magistério. Essa política deve contemplar uma sólida formação inicial no campo da educação, condições de trabalho, carreira e salários dignos. (BRZEZINSKI, 2000, p. 190)

Portanto, concluí-se que, investir na formação inicial de professores para a educação básica é de crucial importância para a elevação da qualidade da educação. É preciso que as políticas educacionais promovam uma política eficaz para garantir a melhoria da qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.> Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm.> Acesso em: 23 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm.> Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm.> Acesso em: 21 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm.> Acesso em: 16 mai. 2015.

BRZEZINSKI, Iria. **Notas sobre currículo na formação de professores:** teoria e prática. **Estudos** v. 22, n. ½, Goiânia, UCG, jan./jun. 1995, p. 47-58.

_____, Iria. Políticas de formação de profissionais para a Educação Básica: é possível uma revolução ou uma reforma radical?. **Revista Educativa**, v.3, Departamento de Educação/UCG, Goiânia, jan./dez. 2000, p. 187-198.

_____. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. In: **Educ. Soc.** Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139- 1166, set./dez. 2008.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>> Acesso: 03 mai. 2015.

_____. **LIFE - Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores**. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/life>> Acesso em: 17 mai. 2015

_____. **PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>> Acesso em: 17 mai. 2015

_____. **Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/prodocencia> .> Acesso em: 17 mai. 2015

_____. **Relatório de Gestão 2009-2013**. Brasília, 2013.

COSTA, Daniene de Cássia Souza da, et al. **A contribuição do Pibid de educação física na jornada de humanidades do colégio de aplicação - UEL** . Anais [do] 2. Congresso Nacional de Professores [e] 12. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores [recurso eletrônico]: 7–9 abril, Águas de Lindóia/Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2014. Disponível em: <<http://unesp.br/portal#!/prograd/e-livros-prograd>> Acesso em: 21 mai. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007
Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 22 mai. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 21 mai. 2015.

MARTELET, Michele. **O programa de bolsa de iniciação à docência (pibid) e a qualidade para a formação continuada de professores**. Porto alegre, 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Prodocência**. Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=491&id=12244&option=com_content&view=article> Acesso em: 17 mai. 2015.

_____. **PIBID**. Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233:pibid-apresentacao&catid=155:pibid&Itemid=467> Acesso em: 17 mai. 2015.

NÓVOA. António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. **A iniciação à docência: saberes docentes em construção na percepção dos alunos do curso de licenciatura em ciências biológicas, participantes do subprojeto Pibid da faculdade de ciências agrárias e veterinárias de Jaboticabal-SP**. Anais [do] 2. Congresso Nacional de Professores [e] 12. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores [recurso eletrônico]: 7–9 abril, Águas de Lindóia / Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. – São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2014. Disponível em: <<http://unesp.br/portal#!/prograd/e-livros-prograd>> Acesso em: 22 mai. 2015.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. 2010. **Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento**. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Andressa-Pacheco.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. Teorias do currículo: o que é isto? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2000 Nº 13. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05 MAURICE TARDIF.pdf> Acesso em: 28 jan. 2015.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? as estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.